

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Financeiras	7
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 11.403 mil, contra um prejuízo de R\$ 12.396 mil apresentado no exercício de 2014. O crescimento no resultado é decorrente da constituição de créditos tributários em razão da reestruturação e transferência de controle acionário do Banco que foi aprovado pelo Banco Central no dia 08 de janeiro de 2015. O “Banco” pretende se consolidar no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas, assim a atuação do Andbank Brasil terá características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$ 131.173 (2014 - R\$ 87.228 mil) e é representado principalmente por:

Descrição	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.563	16.145
Títulos e valores mobiliários	34.656	44.935
Operações de crédito	12.331	12.208
Outros créditos	46.115	11.555

- Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido resultante no final do exercício foi de R\$ 80.394 mil (2014 - R\$ 15.611 mil) composto da seguinte maneira:

Descrição	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Capital social	103.285	50.285
Reservas de capital	95	95
Ajustes de avaliação patrimonial	982	602
Prejuízo Acumulado	(23.968)	(35.371)

Agência de Rating

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos.

<u>Agência</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
FITCH RATINGS (*)	F2	BBB

(*) Atualizado em Março 2015.

Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no exercício de 2015, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do “Banco” aos atuais 11%, definidos pelo referido Órgão regulador.

<u>2015</u>	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PL Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
Janeiro	18.774	6.858	30,11%
Fevereiro	39.905	17.070	25,71%
Março	38.176	17.237	24,36%
Abril	34.865	13.910	27,57%
Maio	37.960	14.881	28,06%
Junho	33.370	12.763	28,76%
Julho	55.050	16.171	37,45%
Agosto	54.491	16.047	37,35%
Setembro	53.457	17.103	34,38%
Outubro	53.186	13.053	44,82%
Novembro	52.849	14.601	39,82%
Dezembro	52.071	14.938	38,34%
Média			33,06%

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco Andbank (Brasil) S.A aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução CMN nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008 a Resolução CMN nº 3.380/06, passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional, para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

- **Risco de mercado**

O Gerenciamento de Risco de Mercado, no “Banco”, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo “Banco”

A área de Risco é responsável por acompanhar, monitorar as informações de risco compiladas pela Tesouraria, de forma a assegurar que essas informações estejam em consonância com as normas estabelecidas pelo BACEN, executar simulação de novas operações e análise de Stress e Cenários conforme estabelecido em Política de Risco de Mercado. O primeiro passo para o cálculo do V@R (Valor a Risco) é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do “Banco”, o processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Risco de crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco. O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo “Banco” e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

- **Risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução CMN 4.090 de 24/05/2012.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que a Instituição tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional, risco de mercado e de liquidez encontram-se a disposição na sede da Instituição.

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O “Banco” conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o “Banco” e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, dos serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

31 de março de 2016

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Acionistas do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes**

Os valores correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 23 de dezembro de 2015, que não conteve qualquer modificação.

Transferência do controle acionário

Conforme nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional, em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central do Brasil, a transferência de controle acionário do Banco Bracce S.A. para o Andorra Banc Agrícola Reig S.A. (Andbank), mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A para Banco Andbank (Brasil) S.A.

São Paulo, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala-Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2015	2014 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2015	2014 (Reapresentado)
Circulante		67.219	60.200	Circulante		30.261	67.136
Disponibilidades	3	205	246	Depósitos	12.a	23.605	64.443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	32.358	15.899	Depósitos à vista		1.737	5.515
Aplicações no mercado aberto		32.358	15.899	Depósitos a prazo		21.868	58.928
Títulos e valores mobiliários	4	9.966	22.264	Outras obrigações		6.656	2.693
Carteira própria		9.966	22.264	Cobrança e arrecadação de tributos		736	469
Relações interfinanceiras	5	47	1.295	Sociais e Estatutárias		996	492
Créditos vinculados		47	1.295	Fiscais e previdenciárias	13.a	1.443	740
Operações de crédito	6	2.675	9.323	Diversas	13.b	3.481	992
Setor público		1.018	879	Exigível a longo prazo		20.518	4.481
Setor privado		3.790	8.590	Depósitos	12.a	17.233	1.819
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(2.133)	(146)	Depósitos a prazo		17.233	1.819
Outros créditos		18.801	9.324	Outras obrigações		3.285	2.662
Rendas a receber	8.a	570	454	Fiscais e previdenciárias	13.a	263	248
Diversos	8.b	18.231	8.870	Diversas	13.b	3.022	2.414
Outros valores e bens		3.167	1.849	Patrimônio líquido		80.394	15.611
Outros valores e bens	10.b	4.720	1.618	Capital		103.285	50.285
Despesas antecipadas	10.a	69	231	De domiciliados no exterior		103.285	50.285
(Provisão para outros valores e bens)		(1.622)	-	Reserva de capital		95	95
Realizável a longo prazo		61.662	25.808	Ajustes de avaliação patrimonial		982	602
Títulos e valores mobiliários	4	24.690	20.671	Prejuízos acumulados		(23.968)	(35.371)
Carteira própria		17.847	14.634				
Vinculados a prestação de garantias		6.843	6.037				
Operações de crédito	6	9.656	2.885				
Setor público		-	879				
Setor privado		9.664	2.024				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(8)	(18)				
Outros créditos		27.314	2.231				
Rendas a receber	8.a	-	614				
Diversos	8.b	27.314	1.682				
(Provisão para outros créditos)		-	(65)				
Outros valores e bens		2	21				
Despesas antecipadas	10.a	2	21				
Permanente		2.292	1.220				
Imobilizado de uso	11	2.292	1.220				
Outras imobilizações de uso		4.048	2.684				
(Depreciações acumuladas)		(1.756)	(1.464)				
Total do ativo		131.173	87.228	Total do passivo e do Patrimônio líquido		131.173	87.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações de resultados

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre	Exercício	
		2015	2015	2014 (Reapresentado)
Receitas da intermediação financeira		<u>9.937</u>	<u>15.730</u>	<u>8.526</u>
Operações de crédito		5.614	6.706	2.536
Resultado com títulos e valores mobiliários		4.323	9.024	5.990
Despesas da intermediação financeira		<u>(6.902)</u>	<u>(11.369)</u>	<u>(8.205)</u>
Operações de captação no mercado		(4.856)	(9.430)	(8.274)
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(2.046)</u>	<u>(1.939)</u>	<u>69</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>3.035</u>	<u>4.361</u>	<u>321</u>
Outras receitas/despesas operacionais		<u>(5.846)</u>	<u>(16.640)</u>	<u>(13.721)</u>
Receitas de prestação de serviços	17	1.410	2.276	5.718
Despesas de pessoal	18	(2.822)	(5.126)	(4.265)
Outras despesas administrativas	19	(2.962)	(7.730)	(6.023)
Despesas tributárias		(429)	(657)	(837)
Outras receitas operacionais	20	158	940	1.366
Outras despesas operacionais	21	<u>(1.201)</u>	<u>(6.343)</u>	<u>(9.680)</u>
Resultado operacional		<u>(2.811)</u>	<u>(12.279)</u>	<u>(13.400)</u>
Resultado não operacional	8.b (a)	<u>9</u>	<u>(4.419)</u>	<u>1.133</u>
Resultado antes da tributação sobre o resultado		<u>(2.802)</u>	<u>(16.698)</u>	<u>(12.267)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>4.027</u>	<u>28.798</u>	<u>-</u>
Ativo fiscal diferido	22	4.027	28.798	-
Participações estatutárias		<u>(213)</u>	<u>(697)</u>	<u>(649)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do período		<u>1.012</u>	<u>11.403</u>	<u>(12.916)</u>
Quantidade de ações ordinárias		<u>145.926.971</u>	<u>117.670.000</u>	<u>71.045.998</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - r\$		<u>6,93</u>	<u>96,91</u>	<u>(181,80)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		50.285	95	422	(22.455)	28.347
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(12.916)	(12.916)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	180	-	180
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)		<u>50.285</u>	<u>95</u>	<u>602</u>	<u>(35.371)</u>	<u>15.611</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	380	-	380
Aumento de capital	16.a	53.000	-	-	-	53.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.403	11.403
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>103.285</u>	<u>95</u>	<u>982</u>	<u>(23.968)</u>	<u>80.394</u>
Saldos em 30 de junho de 2015		<u>83.285</u>	<u>95</u>	<u>816</u>	<u>(24.980)</u>	<u>59.216</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	166	-	166
Aumento de capital	16.a	20.000	-	-	-	20.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	1.012	1.012
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>103.285</u>	<u>95</u>	<u>982</u>	<u>(23.968)</u>	<u>80.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º Semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido ajustado		(813)	(14.304)	(13.512)
Lucro (prejuízo) do período		1.012	11.403	(12.916)
Depreciação e amortização	19	156	283	281
Lucro na venda de imobilizado de uso		-	-	(1.668)
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.089	2.196	(69)
Reversão de provisão administrativas		(43)	612	870
Outras		-	-	(10)
Constituição de Ativo fiscal diferido	22	(4.027)	(28.798)	-
Variação de ativos e passivos		4.472	(21.079)	15.663
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(4.553)	8.279	(16.628)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências		1.250	1.248	707
(Aumento) Redução em operações de crédito		163	(2.264)	4.447
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens		(12.313)	(6.391)	23.143
Aumento (Redução) em depósitos		19.698	(29.199)	4.500
Aumento (Redução) em outras obrigações		227	7.248	(506)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		3.659	(35.383)	2.151
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação de imobilizado de uso		-	67	2.466
Aquisição de imobilizado de uso		(1.266)	(1.266)	(1.604)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(1.266)	(1.199)	862
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital Social	16.a	20.000	53.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		20.000	53.000	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		22.393	16.418	3.013
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		10.170	16.145	13.132
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	32.563	32.563	16.145
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		22.393	16.418	3.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Bacen Central, a transferência de controle acionário do Banco Bracce S.A. para o Andorra Banc Agricol Reig S.A. (Andbank), mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andorra Banc Agricol Reig S.A (Andbank) adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. O grupo AndBank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento a longo prazo. O “Banco” está atuando na realização de operações estruturadas e de Mercado de Capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de Registro de Operações, Custódia, Agente de Pagamento, Conta vinculada, entre outros. A expectativa é de que o “Banco” adquira 100% do controle acionário da LLA DTVM Ltda. até o final do 2º semestre de 2016. Desta união são esperadas sinergias e reduções de custo e uma estimativa de obter um lucro tributável futuro. Não obstante o compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instituições do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (Bacen) e do comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), onde essas normas e instituições não foram conflitantes.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pela diretoria em 30 de março de 2016.

As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 foram reapresentadas face à identificação, pela administração, de um erro na contabilização na conta de “Receita de prestação de serviços” com saldo no montante de R\$ 2.500 e a respectiva contrapartida em “Outros Créditos - Diversos”, relativo a remuneração de estruturação de operações que não foi concretizada. Desta forma, as demonstrações de 2014 foram reapresentadas para refletir essa circunstância.

Abaixo segue o sumário dos efeitos dessa reapresentação:

Banco Andbank (Brasil) S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

BALANÇO PATRIMONIAL	Saldo Anteriormente Apresentado 31/12/2014	Ajuste	Saldo Reapresentado 31/12/2014
ATIVO CIRCULANTE	62.700	(2.500)	60.200
Outros créditos	11.824	(2.500)	9.324
Diversos	11.370	(2.500)	8.870
TOTAL DO ATIVO	89.728	(2.500)	87.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.111	(2.500)	15.611
Prejuízos acumulados	(32.871)	(2.500)	(35.371)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.728	(2.500)	87.228

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Saldo Anteriormente Apresentado 2º Semestre/2014	Ajuste	Saldo Reapresentado 2º Semestre/2014
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(9.841)	(2.500)	(12.341)
Receitas de prestação de serviços	4.348	(2.500)	1.848
RESULTADO OPERACIONAL	(10.384)	(2.500)	(12.884)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO	(9.880)	(2.500)	(12.380)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(9.880)	(2.500)	(12.380)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(139,06)	(35,19)	(174,25)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Saldo Anteriormente Apresentado Exercício/2014	Ajuste	Saldo Reapresentado Exercício/2014
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.870)	(2.500)	(14.370)
Receitas de prestação de serviços	8.218	(2.500)	5.718
RESULTADO OPERACIONAL	(11.549)	(2.500)	(14.049)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO	(10.416)	(2.500)	(12.916)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.416)	(2.500)	(12.916)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(146,61)	(35,19)	(181,80)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Saldo Anteriormente Apresentado 2º Semestre/2014	Ajuste	Saldo Reapresentado 2º Semestre/2014
Resultado líquido ajustado	(9.912)	(2.500)	(12.412)
Prejuízo do período	(9.878)	(2.500)	(12.378)
Reversão de receita para fins de reapresentação	-	2.500	2.500

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Saldo Anteriormente Apresentado Exercício/2014	Ajuste	Saldo Reapresentado Exercício/2014
Resultado líquido ajustado	(11.012)	(2.500)	(13.512)
Prejuízo do período	(10.416)	(2.500)	(12.916)
Reversão de receita para fins de reapresentação	-	2.500	2.500

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

2.2.4 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.6 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.7 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Administração não reconheceu perdas por “impairment”.

2.2.8 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda a e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A nova administração do “Banco”, baseada em Plano de Negócios aprovado pelo Banco Central, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.9 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.10 Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.11 Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações

financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.12 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.13 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.14 *Participações no resultado*

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.15 *Lucro (prejuízo) líquido por ação*

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.16 *Eventos subsequentes*

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.17 *Alterações de normas contábeis*

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo

“*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15 (com vigência a partir de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014 (Reapresentado)
Disponibilidades	205	246
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	<u>32.358</u>	<u>15.899</u>
Total	<u>32.563</u>	<u>16.145</u>

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D + 1.

4 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os títulos e valores mobiliários estavam classificados na categoria “Títulos disponíveis para venda”, assim compostos:

a. Diversificação por tipo

	2015			2014 (Reapresentado)		
	Custo atualizado	Valor contábil/mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.270	13.227	(43)	25.996	25.944	(52)
Letra financeira Subordinada (LFSN)	2.058	2.058	-	-	-	-
Debêntures	2.575	2.562	(13)	2.981	2.966	(15)
Ações de companhias abertas	161	2.242	2.081	161	1.514	1.353
Cotas de fundos de investimentos (iii)	7.724	7.724	-	6.474	6.474	-
	<u>25.788</u>	<u>27.813</u>	<u>2.025</u>	<u>35.612</u>	<u>36.898</u>	<u>1.420</u>
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.858	6.843	(15)	6.037	6.037	-
	<u>6.858</u>	<u>6.843</u>	<u>(15)</u>	<u>6.037</u>	<u>6.037</u>	<u>-</u>
	<u>32.646</u>	<u>34.656</u>	<u>2.010</u>	<u>41.649</u>	<u>42.935</u>	<u>1.420</u>

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria “títulos disponíveis para venda” foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são LFT’s caucionadas em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

O Banco não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b. Diversificação por prazo

	2015	2014 (Reapresentado)
Sem vencimento	9.966	7.988
A vencer até 360 dias	-	14.276
A vencer acima de 360 dias	<u>24.690</u>	<u>20.671</u>
	<u>34.656</u>	<u>42.935</u>

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2015	2014 (Reapresentado)
Cédulas de crédito bancário (CCB)	14.472	12.372
Total	14.472	12.372
Operações de crédito no ativo circulante	4.808	9.469
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	9.664	2.903

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2015				2014 (Reapresentado)			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	833	6,83	2.277	100	1.302	13,60	-	-
De 91 a 180 dias	567	4,65	-	-	886	9,25	2.694	96,34
De 181 a 360 dias	1.049	8,60	-	-	4.485	46,84	102	3,66
Acima de 360 dias	9.746	79,92	-	-	2.903	30,32	-	-
Total	12.195	100,00	2.277	100,00	9.576	100,00	2.796	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	2015		2014 (Reapresentado)	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público:				
Outros serviços	1.018	7,04	1.758	14,21
Setor privado:				
Outros serviços	5.250	36,28	10.614	85,79
Pessoas físicas	8.204	56,68	-	-
	14.472	100,00	12.372	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2015		2014 (Reapresentado)	
	Saldo	%	Saldo	%
10 maiores devedores	14.472	100,00	12.372	100,00
50 seguintes maiores devedores	-	-	-	-
	14.472	100,00	12.372	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	2015				2014 (Reapresentado)	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	8.204	-	8.204	-	2.110	-
A	0,5	3.762	-	3.762	19	5.759	29
B	1,0	-	-	-	-	-	-
C	3,0	229	167	396	12	4.503	135
E	30,0	-	-	-	-	-	-
F	50,0	-	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-	-
H	100,0	-	2.110	2.110	2.110	-	-
Total		<u>12.195</u>	<u>2.277</u>	<u>14.472</u>	<u>2.141</u>	<u>12.372</u>	<u>164</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e operações renegociadas.

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014 (Reapresentado)
Saldo inicial	52	164	294
Provisão	2.110	2.110	(69)
Reversão de provisão	(21)	(133)	-
Créditos baixados para prejuízo	-	-	(66)
	<u>2.141</u>	<u>2.141</u>	<u>164</u>

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2015	2014 (Reapresentado)
Comissionamento a receber (i)	<u>570</u>	<u>1.068</u>
Ativo circulante	570	454
Ativo realizável a longo prazo	-	614

(i) Refere-se a rendas a receber de operações estruturadas de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs.

b. Diversos

	2015	2014 (Reapresentado)
Créditos tributários (nota 9)	28.828	-
Títulos e crédito a receber (c)	13.913	-
Devedores diversos	381	1.535
Impostos e contribuições a compensar (b)	5	536
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 15)	268	-
Devedores por depósitos em garantia (d)	862	840
Valores a receber Muito Fácil (a)	-	6.111
Outros	1.288	1.530
Total	45.545	10.552
Ativo circulante	18.231	8.870
Ativo realizável a longo prazo	27.314	1.682

- (a) O valor refere-se principalmente a transação ocorrida em 20 de outubro de 2011, quando o Banco alienou sua participação na empresa controlada Muitofácil Arrecadação e Recebimento Ltda., para a Muito Fácil Holdings Ltda. pelo valor de R\$ 28.600, recebendo R\$ 18.800 na data da venda. Em 27 de dezembro de 2012 foram recebidas 12 parcelas antecipadamente, até dezembro de 2014 foi recebido o montante de R\$ 5.400, em Janeiro/2015 foi firmado um acordo entre as partes de perdão de dívida que somam R\$ 4.400 registrados como outras despesas não operacionais.
- (b) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (c) Refere-se a valores de operações de registro de crédito rotativo realizadas com um parceiro (correspondente bancário). Essas operações são vinculadas e com 100 % de Garantia.
- (d) Refere-se basicamente a depósitos para interposição de recursos trabalhistas e cíveis.

9 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: (redação dada pela Resolução nº 3355/06).

I - Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;

II - Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O item I não se aplica às instituições recém constituídas ou que tiveram mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior.

Após a aquisição de 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A., e com a expectativa de aquisição de 100% do controle acionário da LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, ainda em 2016 os novos acionistas estimam consolidar o “Banco” no mercado Private visando um lucro tributável futuro que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

Em 06 de outubro de 2015 entrou em vigor a Lei 13.169 que converteu a MP 615 referente ao aumento da CSLL. A atual legislação define em 20% (vinte por cento) a alíquota da CSLL, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Dessa forma, tanto o cálculo do Crédito Tributário como os impostos correntes sofreram alterações, o efeito contábil no crédito tributário ativado em setembro/2015 foi de R\$ 3.281.

Os créditos tributários foram ativados pelo “Banco” em Fevereiro/2015 de acordo com o quadro abaixo e apresentam as seguintes movimentações.

	Saldo 31/12/2014	Constituição	Reversão	Saldo 31/12/2015
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros valores e bens	-	1.693	-	1.693
Provisão para contingências fiscais e cíveis	-	1.428	-	1.428
Passivos trabalhistas	-	115	-	115
Outras adições temporárias	-	529	-	529
Prejuízo fiscal compensável e base negativa, respectivamente	<u>-</u>	<u>25.063</u>	<u>-</u>	<u>25.063</u>
Total	<u>-</u>	<u>28.828</u>	<u>-</u>	<u>28.828</u>

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 9% no 1º ano, 10% no 2º ano, 18,00% no 3º ano, 25% no 4º ano, 21% no 5º ano e 17% nos demais anos consecutivos.

O valor presente de crédito tributário em 31 de dezembro de 2015, calculado com base na taxa Selic é de R\$ 18.829. Em 31 de dezembro de 2015 o “Banco” não possuía créditos tributários não ativados.

10 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

	2015	2014 (Reapresentado)
Comissão para captação de recursos (*)	-	160
Despesas administrativas	71	92
	<u>71</u>	<u>252</u>
Ativo circulante	69	231
Ativo realizável a longo prazo	2	21

(*) Substancialmente representado pela despesa proveniente de captação de recursos, a qual foi amortizada de acordo com o prazo da captação.

b. Outros valores e bens

Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis, terrenos e veículos recebidos em dação de pagamento.

11 Permanente

Imobilizado de uso

	<u>Taxa de depreciação</u>	2015			2014 (Reapresentado)
		<u>Imobilizado</u>	<u>Dep. acumulada</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.079	(1.147)	932	897
Equipamentos de informática/comunicação	10%	1.687	(584)	1.103	322
Veículos	10%	280	(23)	257	-
Equipamentos de segurança	20%	2	(2)	-	1
		<u>4.048</u>	<u>(1.756)</u>	<u>2.292</u>	<u>1.220</u>

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	2015				2014 Reapresentado
	<u>À vista</u>	<u>A prazo não ligadas</u>	<u>A prazo ligadas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Sem vencimento	1.737	-	-	1.737	5.515
Até 30 dias	-	13.846	-	12.708	188
De 31 a 60 dias	-	1.958	-	3.096	-
De 61 a 90 dias	-	282	-	282	91
De 91 a 180 dias	-	894	-	894	52.934
De 181 a 360 dias	-	4.888	-	4.888	5.715
Acima de 360 dias	-	12.682	4.551	17.233	1.819
Total	<u>1.737</u>	<u>34.550</u>	<u>4.551</u>	<u>40.838</u>	<u>66.262</u>
Passivo circulante				23.605	64.443
Passivo exigível a longo prazo				17.233	1.819

b. Composição por segmento de mercado

Composição	2015			2014 (Reapresentado)
	<u>À vista</u>	<u>A prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Entidades ligadas	-	4.551	4.551	-
Governo	575	-	575	1.293
Pessoas físicas	725	10.655	11.380	13
Pessoas jurídicas	437	23.895	24.332	64.956
Total	<u>1.737</u>	<u>39.101</u>	<u>40.838</u>	<u>66.262</u>

c. Concentração por depositantes

Concentração	2015			2014
	Depósitos			(Reapresentado)
	À vista	A prazo	Total	Depósitos Total
10 maiores	1.618	23.962	25.580	59.172
50 seguintes	119	13.279	13.398	7.090
100 seguintes	-	1.860	1.860	-
Total	<u>1.737</u>	<u>39.101</u>	<u>40.838</u>	<u>66.262</u>

13 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
		(Reapresentado)
Provisão para riscos fiscais (nota 14)	263	248
Impostos e contribuições a recolher	310	232
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.133	508
	<u>1.706</u>	<u>988</u>
Passivo circulante	1.443	740
Passivo exigível a longo prazo	263	248

b. Diversas

	2015	2014
		(Reapresentado)
Fornecedores	145	651
Provisão para passivos contingentes (nota 14)	3.277	306
Despesas de pessoal	476	206
Credores diversos (a)	2.108	2.239
Valores a pagar partes relacionadas (nota 15)	200	-
Outros	299	4
Total	<u>6.503</u>	<u>3.406</u>
Passivo circulante	3.481	992
Passivo exigível a longo prazo	3.022	2.414

- (a) Refere-se a uma operação vinculada de CCB (cédula de crédito bancário) combinada com CDBV (certificado de depósito bancário vinculado), as partes são SIEMG e FUNTERRA, o montante está vinculado a um processo de cobrança em esfera administrativa aguardando decisão judicial.

14 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem

respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	31/12/2014	2015		
	Reapresentado	Constituições	Baixas	Saldo final
Riscos fiscais (nota 13.a) (a)	248	15	-	263
Riscos trabalhistas (nota 13.b) (b)	299	493	(539)	253
Riscos cíveis (nota 13.b) (c)	7	3.017	-	3.024
Saldos	<u>554</u>	<u>3.525</u>	<u>(539)</u>	<u>3.540</u>

- (a) Refere-se basicamente a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de IR/ISS, no montante de R\$ 255 (R\$ 242 em 2014). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como possível.
- (b) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (c) Refere-se basicamente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: No Contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do “Banco”, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o “Banco” for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, tendo em vista a eficácia comprovada do direito de regresso do “Banco”, representando assim um risco financeiro remoto ao Banco. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco possui outras contingências fiscais avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$126 (R\$ 133 em 2014). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam contingências com risco de perda possível para as esferas civil e trabalhista.

15 Partes relacionadas

O “Banco” possui como controladora direta a Andbank (Brasil) Holding Ltda. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do “Banco” por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- LLA Participações Ltda.
- LLA Wealth Participações Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva e os mesmos receberam um total de R\$ 195 no exercício de 2015 (R\$ 441 em 2014).

O “Banco” manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	10	47	-	-
Valores a pagar	-	(1)	-	-
LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	98	361	-	-
Valores a pagar	(1)	(20)	-	-
LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber	160	1.187	-	-
Valores a pagar	(199)	(1.425)	-	-
APW Consultores Financeiros	(4.551)	-		
Depósito a Prazo	(4.551)	-	-	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	268	1.595	-	-
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(200)	(1.446)	-	-
Total Depósito a Prazo	(4.551)	- - -		

- Para o exercício de 2014 não havia saldos para partes relacionadas devido a transferência de controle acionário ter ocorrido em 08 de janeiro de 2015.

“Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;

- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares”.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 19 de fevereiro de 2015, o Banco aumentou seu capital no valor de 33.000, com emissões de 46.624.002 novas ações, e em 02 de julho de 2015, o Banco aumentou seu capital em 20.000, com emissões de 28.256.971 novas ações, o Banco Central homologou este aumento de capital em 16 de março de 2015 e 29 de julho de 2015 respectivamente. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está composto por 145.926.971 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social do Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Banco não constitui reservas de lucros em face do saldo do prejuízo acumulado.

17 Receitas de prestação de serviços

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014 (Reapresentado)
Tarifa de concessionária de serviços	-	-	5
Remuneração operação estruturada (a)	1.400	2.260	5.678
Tarifas bancárias	10	16	35
	<u>1.410</u>	<u>2.276</u>	<u>5.718</u>

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014 (Reapresentado)
Proventos	1.618	2.955	2.312
Encargos Sociais	496	935	824
Benefícios	576	969	618
Pro labore	88	195	441
Remuneração de estagiários	32	50	49
Treinamento	12	22	21
	<u>2.822</u>	<u>5.126</u>	<u>4.265</u>

19 Outras despesas administrativas

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014 (Reapresentado)
Serviços do sistema financeiro	770	1.688	523
Serviços de terceiros	9	15	64
Serviços técnicos especializados (a)	588	3.175	2.494
Aluguéis	389	720	507
Amortizações e depreciações	156	283	281
Comunicações	232	444	611
Processamento de dados	472	864	785
Transporte	29	45	72
Viagens	15	50	159
Outras	302	446	527
	<u>2.962</u>	<u>7.730</u>	<u>6.023</u>

(a) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.

20 Outras receitas operacionais

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014 (Reapresentado)
Interbancária	4	7	4
Variações monetárias ativas	12	13	121
Reversão de provisões operacionais (a)	-	654	500
Outras	142	266	741
	<u>158</u>	<u>940</u>	<u>1.366</u>

(a) Refere-se basicamente a reversão de provisão de participação dos lucros aos empregados

21 Outras despesas operacionais

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014 (Reapresentado)
Interbancária	6	11	120
Provisão B.N.D.U	-	1.557	-
Processo trabalhista (nota 14)	278	763	19
Variação monetária passiva	9	17	21
Despesas indedutíveis - impostos a compensar	829	829	-
Processo cível (nota 14)	16	3.103	9.513
Outras	63	63	7
	<u>1.201</u>	<u>6.343</u>	<u>9.680</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Resultado antes da tributação e participação estatutária	(17.395)	(12.916)	(17.395)	(12.916)
Efeitos das adições/exclusões				
Adições permanentes				
Despesas indedutíveis	12.677	(124)	12.677	(124)
Adições temporárias				
Provisões Indedutíveis	(132)	(540)	(132)	(540)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(4.850)	(13.580)	(4.850)	(13.580)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	16.016	-	12.812	-
Base de cálculo				
Alíquotas efetivas:				
Imposto de renda corrente - 15%	-	-	-	-
Adicional Imposto de renda - 10%	-	-	-	-
Contribuição social corrente - 15%	-	-	-	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

23 Outras informações

- a. O Banco encontra-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194 ambas de 1 de março de 2013 e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência exigido PRE.

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”). Com isso a LLA DTVM Ltda e o “Banco” passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o "Banco" é líder sendo assim a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13 o banco passa informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 38,34% (18,44% em 2014 considerando apenas o Banco).

	2015	2014
	(Conglomerado)	Banco
Capital Social	104.225.990,38	50.285.643,77
(-) Deduções do Capital Social exceto ajustes prudenciais	24.152.675,86	35.370.690,57
Patrimônio de Referência (PR)	52.070.909,06	15.611.171,55
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	37.133.233,25	10.954.151,52
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	14.937.675,71	9.314.040,07

- b.** Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.
- c.** O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 474.310 (R\$ 515.266 em 31 de dezembro 2014).
- d.** Lei nº 12.973/14 (projeto de conversão da Medida Provisória nº 627/13)

Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei nº. 12.973/14, regulamentada através das Instruções Normativas nos 1.515/14 e 1.520/14, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT), implantando um novo regime de tributação no Brasil e facultando aos contribuintes a opção de adotá-la antecipadamente, a partir de 1º de janeiro de 2014. Além da revogação do RTT, a referida Lei disciplinou, dentre outros, os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Conforme facultou a Lei, o “Banco” optou pela sua adoção somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

- e.** A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

24 Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do “Banco” aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008 a Resolução nº 3.380/06, passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional, para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial.
- Taxas de juros.
- Preços de ações.
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Asset and Liability Committee - ALCO.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do “Banco”, o processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.

25 Eventos subsequentes

De acordo com ata de 11 de janeiro de 2016 do “Banco” os acionistas resolveram aumentar o capital em R\$ 20.000 com emissão de 28.256.971 novas ações. O Bacen homologou o aumento de capital em 26 de fevereiro de 2016.